



ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

Representações e expectativas sobre a família e a adopção em crianças e jovens institucionalizados

CUNHA, Sandra

doutoranda em Sociologia

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

sandramdcunha@gmail.com

Resumo

Existem em Portugal cerca de 15.000 crianças a viver em meio exterior à sua família de origem, seja em instituições, seja em famílias de acolhimento. A protecção à infância tem suscitado, nos últimos tempos, grande interesse mediático e conduzido à alteração de leis e à implementação de novas medidas e metodologias de trabalho. Contudo, as reformas têm ocorrido sem que uma avaliação realmente isenta e aprofundada da realidade as preceda e sem a auscultação dos seus principais interessados e visados: as crianças.

Esta investigação, realizada junto de 23 crianças e jovens institucionalizadas, provenientes de duas instituições de acolhimento, procurou colocar a criança enquanto real *focus* da análise e dar-lhes voz, fazendo jus à máxima «no *supremo interesse das crianças*». Foi assim solicitado às crianças que expressassem as suas opiniões, representações e expectativas em relação à família, à institucionalização e à adopção, no fundo, em relação às decisões que são, em nome do seu melhor interesse, tomadas sobre a sua vida e o seu futuro.

Palavras-chave: institucionalização; família; adopção; representações





1. Introdução

1 - Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.

Convenção sobre os Direitos das Criançasⁱ, artigo 12

As crianças têm sido sistematicamente colocadas em segundo plano não só em diversas áreas da vida social mas também por diversas disciplinas de estudo científico. No que respeita à Sociologia, a maior parte dos estudos que se têm interessado sobre as problemáticas da infância, têm estudado as crianças como apêndices de duas instituições de referência: a escola e a família. A sociologia da família, tem tratado a criança sobretudo através das práticas educativas parentais enquanto objecto das representações e comportamentos dos pais. A sociologia da educação, por seu lado, centrada na escola e na escolarização das crianças, interessa-se pela criança sobretudo enquanto objecto das acções pedagógicas. A infância tem sido, segundo Maria Manuela Ferreira, maioritariamente estudada através do ponto de vista dos adultos, numa «perspectiva adultocêntrica» uma vez que “a realidade do que são as crianças é deduzida da realidade dos modelos que os adultos fazem dela” (Ferreira, 2000: 27). É contudo importante “estudar não só o que fazemos às crianças, mas também o que as crianças fazem do que nós lhes fazemos” (Montandon, 1997: 30). Este estudo procurou por isso adoptar o novo paradigma da Sociologia da Infância que encara a criança enquanto actor e construtor social de si próprio e do que a rodeia, posicionando-a enquanto *focus* principal da análise.

Por outro lado, as temáticas ligadas à protecção da infância e, nomeadamente à adopção, têm também sido alvo de algum esquecimento por parte da Sociologia. Existem no nosso país, segundo dados do Instituto da Segurança Social, cerca de quinze mil crianças em acolhimento familiar ou institucional, muitas delas a aguardar ainda a elaboração e definição de um projecto pessoal de vida. A par da manutenção destes tipos de acolhimento, a adopção é outra das soluções possíveis, já que visa dar uma família às crianças desprovidas de meio familiar natural. Contudo, também este tem sido um tema «tabu», muito pouco tratado pela maioria das áreas científicas. Os escassos trabalhos que foram surgindo nos últimos anos centraram-se maioritariamente nas motivações, representações, expectativas e práticas dos candidatos à adopção, pais adoptivos ou técnicos especialistas adoptando exclusivamente, mais uma vez, a perspectiva dos adultos envolvidos.

É ainda importante lembrar que diversos especialistas, nomeadamente legisladores, magistrados, técnicos sociais, entre outros, tomam decisões e implementam medidas de protecção à infância em perigo, baseados sobretudo em representações estereotipadas das crianças e que demasiadas vezes não levam em conta as reais condições das suas existências mas apenas a imagem que os adultos delas fazem.

Com efeito, se diversos grupos ou categorias de pessoas foram obtendo ao longo dos tempos pelo menos o direito legal de serem «ouvidas» e de defenderem os seus próprios interesses, como os trabalhadores e as mulheres, as crianças têm-se mantido sistematicamente arredadas destes processos. A questão que se coloca é então se as crianças constituem, ou não, um grupo de pessoas que podem legitimamente reivindicar o direito a serem ouvidas. Jens Qvortrup e William Corsaroⁱⁱ, entre outros, defendem que sim. Mas a primeira dificuldade na aplicação deste direito decorre das concepções predefinidas que temos das crianças e da ideia de que devem «amadurecer» antes de conquistarem a liberdade para agir por si próprios cabendo aos adultos, principalmente aos pais, a tarefa de cuidarem, protegerem e decidirem em seu nome. Segundo Qvortrup “a protecção das crianças tem sido a principal razão apontada para a restrição da sua liberdade e é por sua vez legitimada pela sua alegada falta de responsabilidade, capacidade e competência” (Qvortrup, 1997: 86). Por outras palavras, as incapacidades físicas, intelectuais e morais que atribuídas às crianças conferem-lhes um estatuto de minoridade que legitima a relação de poder e autoridade entre pais e filhos. A criança é conseqüentemente excluída da tomada de decisões e é limitada na sua participação



activa em muitas áreas da vida social. Para se melhorar as condições de vida das crianças tem, necessariamente, de se estabelecer sistemas em que estas sejam de facto ouvidas e tem também de se considerar que nem sempre os interesses dos adultos coincidem com os interesses das crianças e que, nestes casos, prevalece normalmente, através do poder que lhe é investido pela sociedade, o interesse do adulto.

Similarmente, diversos especialistas em educação e cuidados infantis, defendem actualmente, o envolvimento e participação das crianças e jovens institucionalizados na tomada de decisões que possam afectar a sua vida, na medida em que este envolvimento pode fortalecer a sua capacidade para funcionarem e se integrarem tanto ao nível das relações sociais como ao nível da sua afirmação enquanto cidadãos legítimos da sociedade.

Por fim, também grande parte dos autores que se revêem no novo paradigma da Sociologia da Infância salientam que, para se compreender o mundo da criança, com as suas especificidades e características próprias, há que respeitar o princípio de que só a partir da perspectiva da própria criança se pode partir para este universo.

2. O estudo

Adoptando a postura de Maria José Nogueira Pinto de que “só se actua correctamente sobre aquilo que se conhece” (Colen, 2005: 9), este estudo pretendeu contribuir para o aprofundamento do conhecimento da realidade das crianças em acolhimento institucional e, principalmente, das representações e expectativas que nutrem relativamente a ela, dos sentidos que lhe atribuem, das emoções que experimentam. Sem qualquer pretensão de representatividade, procurou-se dar voz às crianças dando-lhes a oportunidade de expressarem as duas ideias e opiniões. A ruptura com a família de origem, o ingresso numa instituição ou a adopção e o integrar uma nova família serão decerto processos que muitas interrogações, expectativas, angústias e contradições trarão ao quotidiano destas crianças. De que forma e o que imaginarão estas crianças e jovens sobre as famílias adoptivas? Como se posicionam face à sua própria família de origem e à sua institucionalização? Resumindo, o que têm as crianças a dizer sobre a família foi a questão central que norteou esta pesquisa.

O carácter exploratório deste trabalho definiu um método de trabalho baseado em procedimentos abertos e guiado por hipóteses interrogativas que consideraram como variáveis independentes potencialmente diferenciadoras das representações sobre a família e a adopção, as trajectórias de vida das crianças; a passagem por outras instituições ou famílias de acolhimento; os motivos conducentes à institucionalização; a idade de separação da família de origem; o tempo de institucionalização; a existência e frequência do contacto mantido com a família biológica e ainda as variáveis de caracterização pessoal das crianças - idade, sexo, etnia e a existência de irmãos, fora e dentro da instituição).

No que respeita à adopção, foram ainda consideradas como potencialmente diferenciadoras das representações e concepções sobre a adopção e a relação adoptiva, a existência de filhos (biológicos ou adoptivos) na família candidata à adopção, a idade e etnia dos candidatos, a adopção conjunta ou singular e ainda a adopção por homossexuais.

3. Procedimentos metodológicos – breve apontamento

Considerando a especificidade dos observáveis desta pesquisa – crianças e jovens - adoptou-se a sugestão de Sílvia Saramago relativa à construção de “ferramentas metodológicas permeáveis às especificidades do grupo social da infância e às particularidades de cada criança enquanto actor social pleno” (Saramago, 2001: 13).

A observação-participante demonstrou ser uma técnica bastante adequada, na medida em que permitiu uma aproximação prolongada às crianças e ofereceu assim a possibilidade de com elas estabelecer uma relação de confiança, cumplicidade e amizade, que perdurou para além do período de permanência nas



instituições. O trabalho de campo decorreu, na forma de voluntariado, entre Dezembro de 2004 e Junho de 2005 em duas instituições de acolhimento de crianças e jovens: um Centro de Acolhimento Temporário (CAT) com 12 crianças de ambos os sexos, entre os 12 meses e os 11 anos e um Lar de Jovens com 45 crianças e jovens de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 6 e os 21 anos.

A par da observação-participante foram realizadas entrevistas individuais às crianças com recurso a imagens, histórias hipotéticas e jogos de «faz de conta»ⁱⁱⁱ, que foram mantendo viva a curiosidade e a atenção das crianças e que serviram também para despoletar ideias e observações inesperadas, originando uma reorganização quase constante do modelo de análise.

Como meio complementar de recolha de informação foram também consultados os processos pessoais das crianças o que para além de permitir o acesso a informação sobre o perfil sociográfico das famílias biológicas e sobre as trajectórias de vida das crianças, permitiu também a detecção de possíveis discrepâncias entre a realidade e a imagem que as crianças tinham dela e iam transmitindo nos seus discursos.

4. Sobre os entrevistados

Os entrevistados, 13 rapazes e 10 raparigas, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, têm em comum um passado de acontecimentos trágicos e perturbadores. Todos eles vieram de famílias com manifesta incapacidade para assegurar a sua socialização e plena integração na sociedade, todos eles sofreram algum tipo de mau-trato, desde o abandono à negligência, ao mau-trato físico ou emocional. Todos eles se encontram permanentemente na expectativa do que será um dia o seu futuro.

O limite etário superior (15 anos) foi escolhido por ser a idade limite, na legislação Portuguesa, para a adoptabilidade da criança. O limite inferior (6 anos) foi escolhido com base nos argumentos de Sílvia Saramago de que com o ingresso na escola, as crianças desenvolvem contactos mais sólidos e sistematizados com a linguagem escrita e oral e adquirem conseqüentemente formas mais amplas de comunicação, expressão e percepção do mundo à sua volta, permitindo um reajustamento dos seus papéis enquanto actores sociais. Por outro lado, um estudo sobre o conhecimento e ajustamento das crianças à adopção, salienta que que antes dos 6 anos de idade as crianças não conseguem diferenciar claramente entre a adopção e o nascimento biológico como meios diferentes de integrar uma família. A partir desta idade a maior parte das crianças já consegue estabelecer esta diferença e, portanto, compreender as diferentes naturezas dos dois «tipos» de família (Brodzinsky et al., 1986: 212-215).

Do total da amostra, dezoito crianças provinham do Lar de Jovens e cinco do Centro de Acolhimento Temporário. A institucionalização, constitui, no primeiro o próprio projecto de vida das crianças ainda que, de acordo com a Lei, deva ser revisto periodicamente e vise sempre a reintegração nas famílias de origem. O segundo constitui-se como um primeiro acolhimento onde num prazo (idealmente) não superior a 6 meses se definirá o projecto de vida da criança. Doze crianças são de origem Europeia, 10 de origem Africana e 1 mista (mãe europeia/pai africano). A escolaridade varia entre o 2º e o 9º ano. Encontram-se na amostra 5 pares de irmãos.

Conforme se pode verificar no quadro abaixo, apenas quatro das crianças inquiridas não tem qualquer contacto com a família biológica nuclear ou alargada. Nove mantêm um contacto semanal com pelo menos um dos progenitores, quatro um contacto quinzenal e seis um contacto esporádico.



Contacto com a família biológica	N
Regular: 1 vez por semana	9
Regular: de 15 em 15 dias	4
Esporádico	6
Sem contacto	4

O tempo de internamento institucional varia entre os 4 meses e os 10 anos^{iv}. Relativamente à idade de separação da família biológica, mais de metade das crianças que constituem a amostra deste estudo foi retirada à família com menos de 6 anos. O mais novo tinha na altura 2 anos e o mais velho 11.

Idade de separação da família biológica	N
Até 2 anos	2
3 – 6 anos	13
7 – 10 anos	7
Mais de 10 anos	1

Do total da amostra sete crianças passaram por outras institucionalizações desde a sua separação da família biológica: seis do Lar de Jovens e uma do CAT.

Na maioria dos casos, a separação das famílias biológicas não resulta de um factor único mas de um conjunto de factores complexos que são causa e efeito uns dos outros criando-se um ciclo de problemáticas de difícil resolução. Em treze das 18 famílias analisadas detectaram-se problemas de dependência alcoólica ou de narcóticos. Quatro das famílias tinham pelo menos um dos progenitores com problemas graves de foro psicológico e uma com doença física incapacitante. A incapacidade sócio-educativa e a negligência familiar são as problemáticas mais vezes referidas, surgindo em onze das 18 famílias analisadas. Segue-se o abandono por pelo menos um dos progenitores referido em dez destes agregados. A existência de maus-tratos físicos e psicológicos (intencionais) aparece em nove dos agregados familiares. Em dois dos agregados, o factor determinante para a institucionalização das crianças foi a detenção dos pais por tráfico de droga. Problemas de ordem material como dificuldades económicas ou falta de condições de habitabilidade são referidos em oito dos 18 agregados em causa. Relacionando todas estas problemáticas com os níveis de escolaridade destas famílias, profissões e meios de vida dos progenitores, consegue facilmente perceber-se que se trata de famílias socialmente desfavorecidas que vivem, na maioria das vezes, em exclusão social, sem qualquer rede de apoio, quer familiar ou comunitária quer institucional.

Motivos conducentes à institucionalização	N
Abandono	10
Incapacidade sócio-educativa	11
Negligência física / psicológica (saúde, alimentação, amor)	11
Maus tratos físicos / psicológicos	9
Alcoolismo	8
Toxicodependência	5



Motivos conducentes à institucionalização	N
Problemas materiais (pobreza, falta de condições habitacionais)	8
Doença do foro psicológico - pais	4
Doença física ou morte dos pais	2
Detenção dos pais	2

5. Principais resultados

Para conhecer as representações que as crianças e jovens institucionalizados elaboram sobre a *família*, foram-lhes colocadas diversas questões previamente aprovadas pelos psicólogos das instituições e foram elaborados diversos jogos de imagens. Foi-lhes pedido, por exemplo, que escolhessem, de entre uma série de imagens representativas de diferentes configurações familiares, as que consideravam uma família, explicando as suas escolhas. Tiveram ainda de se pronunciar sobre as funções e papéis familiares e sobre a importância da família para uma criança. A importância dos irmãos foi abordada através da apresentação de uma história hipotética em que dois irmãos (de 5 e 10 anos) seriam separados devido à adopção de um deles. Os entrevistados deveriam representar o papel de Juiz e decidir se aceitavam ou não a separação dos irmãos. Deviam também definir uma família «ideal».

5.1. Família – definição, importância e expectativas

Para a grande maioria das crianças e jovens deste estudo (22/23) a família ocupa um lugar central e é considerada como «muito importante» para a vida e desenvolvimento de qualquer criança. Visando uma comparação entre a importância atribuída aos pais e às mães, foi perguntado às crianças se pai e mãe detinham ou não a mesma importância. A maioria recusou qualquer diferença, insinuando contudo que a mãe estava sempre mais presente. Quatro das crianças referiram claramente que a mãe era mais importante pois «estão lá para as crianças» e eram especialmente importantes na oferta de formas expressivas de carinho e amor. Salienta-se que, destas quatro crianças, duas (de 7 e 15 anos) são órfãs de mãe, o que poderá ter influenciado as respostas relativas a uma mãe inexistente e como tal ainda mais facilmente idealizável. Estes dados convergem com os resultados obtidos num estudo efectuado por Brannen, Heptinstall e Bhopal (2000) a crianças entre os 10 e os 12 anos, que também responderam à questão da comparação de importância entre pais e mães alegando igualdade de importância: em 63 crianças entrevistadas foram apenas sete as que afirmaram que as mães seriam mais importantes do que os pais.

Os irmãos detêm a mesma importância e à semelhança das conclusões apontadas por diversos estudos que têm demonstrado a importância que as crianças institucionalizadas ou em acolhimento familiar dão ao contacto com os irmãos, também neste estudo se parece verificar o mesmo. Todas as crianças se declararam contra a separação dos irmãos. As razões apontadas referem-se essencialmente às saudades que os irmãos iriam sentir um do outro e à injustiça para com aquele que não fosse adoptado.

“Não deixava separá-los porque são irmãos. Não devem nunca ser separados”

(Edson, 9 anos, africano)

“Não, por causa que havia uma injustiça. O irmão ficava com uma senhora, com uma mãe, e ela não...”

(Ednilson, 8 anos, africano)

Não é, deste modo, surpreendente que grande parte dos entrevistados (15/23) expresse como maior desejo o regresso a casa, independentemente dos motivos que conduziram à sua institucionalização, das suas trajectórias e histórias de vida ou do relacionamento e contacto que mantêm com a família. Resultados aliás



convergentes com as conclusões apuradas no estudo apresentado por Jonhson, Yoken e Voss, em que 56 das 59 crianças entrevistadas (todas em acolhimento familiar) afirmaram “*sentir saudades dos seus pais a maior parte do tempo*” (KELLY, 1994: 44). A institucionalização é, assim, frequentemente recusada e considerada como opção de último recurso. Relativamente à constituição de família própria, dois terços das crianças deste estudo expressaram vontade de casar e ter filhos mas um terço revelou preocupação e insegurança relativamente ao futuro, acabando por recusar o casamento e/ou os filhos e assim a constituição de uma família que se teme, não resulte ou funcione adequadamente.

A família biológica, ou «verdadeira», como as crianças a tendem a designar, ainda que fisicamente ausente do seu quotidiano exerce uma importante e inegável influência nas suas vidas. As crianças e jovens têm dela uma representação muito positiva, apesar das agressões que possam ter-lhes infligido. Trata-se, na maioria das vezes, de uma família idealizada que não corresponde, de forma alguma, à realidade. Este desfasamento da realidade está patente nos sentimentos que as crianças mais referem sentir na presença dos seus familiares: 22 crianças elegem a alegria e a segurança como sentimentos predominantes. Mas oito destas crianças afirmam também sentir-se assustadas, tristes ou com raiva o que é revelador da contradição que vivem entre a imagem idealizada que fazem da relação familiar e a realidade contrastante com que têm de conviver.

As definições de «família ideal» das crianças institucionalizadas não diferem grandemente das definições apresentadas por crianças inseridas em ambientes familiares naturais, como mostram os resultados obtidos nos estudos de Gilby e Pederson. O «viver juntos» parece ser o principal critério para as crianças mais jovens definirem uma boa família enquanto que as crianças com mais idade se guiam por dimensões mais emocionais e se referem essencialmente a sentimentos como a «felicidade» (Pederson, 1986).

Para conhecer as configurações eleitas pelas crianças como «uma família», foram usadas imagens representativas de diferentes composições familiares, nomeadamente: casal com filhos; casal jovem sem filhos; casal idoso sem filhos; pai com filhos; mãe com filhos; avó com netos; mãe com filhos e sobrinha; dois irmãos; duas amigas; rapaz só. As crianças deviam observar as imagens e indicar as que consideravam uma família, explicando as suas escolhas.

A totalidade das crianças e jovens inquiridos escolheram como família, em primeiro lugar, independentemente das suas características pessoais, da sua trajetória de vida ou das outras variáveis em análise, a tipologia que incluía o pai, a mãe e os filhos, indicando que o estereótipo tradicional de família nuclear está ainda bastante presente na nossa sociedade, não obstante as inúmeras formas familiares que têm surgido nos últimos anos. Seis das crianças escolheram, aliás exclusivamente, a família nuclear tradicional. É, portanto, inegável a influência do discurso dominante na nossa sociedade, que dá conta a todo o instante de como deve ser e parecer uma família ideal. Quase metade das crianças não consideraram as estruturas monoparentais uma família, apesar das suas próprias famílias serem, na maioria dos casos, monoparentais. De referir ainda que mesmo as crianças que incluíam as configurações monoparentais nas suas definições de família as consideravam sempre, de certa forma, famílias «incompletas». Pode assumir-se, portanto, que a concepção que estas crianças têm de família é independente da estrutura das suas famílias de origem.

5.2. Funções familiares

Relativamente às funções da família, perguntou-se às crianças e jovens «para que serve uma família» e pediu-se ainda que listassem «coisas que as famílias costumam fazer juntas». Os resultados foram posteriormente agrupados em 4 categorias de funções familiares: (1) função recreativa – conviver, passear, brincar e provisão de surpresas e guloseimas, (2) apoio emocional – provisão de experiências emocionais positivas como carinho, amor, amizade, dar apoio e ajudar, (3) satisfação de cuidados básicos – alimentação, vestuário, protecção e cuidados de saúde e higiene, e por último, (4) função educativa e socializadora – educar, ensinar, aconselhar e preparar para o futuro.



As crianças e jovens deste estudo tendem a perspectivar globalmente a família enquanto provedora de divertimento e convívio, já que a maioria dos inquiridos (21/23), se refere, em primeiro lugar, à função recreativa da família. As autoras do estudo *Família que temos... Família que queremos* realizado a crianças do 2º, 3º e 4º ano do ensino básico avançaram como hipótese explicativa desta escolha, também presente nos seus resultados, a «tenra» idade das crianças questionadas (D'Orey, 1996). Contudo, os resultados aqui apurados vêm contrariar de certa forma esta explicação, já que não são apenas as crianças mais novas que elegem a dimensão recreativa mas também os adolescentes.

O apoio emocional proporcionado pela família é a segunda função a ser mais referida pelas crianças (11/23), que encaram deste modo a família também enquanto espaço privilegiado de afectividade. São as crianças mais velhas que salientam esta dimensão o que se coaduna com os resultados encontrados em diversos estudos sobre as concepções familiares das crianças como, por exemplo, o estudo de O'Brien, Alldred e Jones (1996) e de Morrow (1998), que conclui que as crianças mais velhas tendem a definir e a pensar a família em termos afectivos e de relações emocionais (Brannen, 2000: 95).

“serve para ser amado...para ter apoio, amizade, uma vida como deve ser, como uma criança deve ter”

(Ricardo, 10 anos, europeu)

“para nos sentirmos melhor...se não se tem família, é muito triste...”

(David, 14 anos, europeu)

A satisfação dos cuidados básicos, como alimentar, vestir, tratar a doença ou proteger é a terceira função mais referida sendo mencionada por 10 crianças e jovens, não se encontrando qualquer variável diferenciadora susceptível de originar agrupamentos entre os entrevistados.

A função de educação e socialização é referida apenas por 3 crianças, à semelhança do que se verifica noutros estudos em que esta é também a função referida por menos crianças. Mais uma vez, também aqui a idade é a única variável que parece exercer alguma influência, uma vez que foram as crianças mais velhas as que mencionaram esta função.

Resumindo, pode concluir-se que a concepção das funções familiares se transforma com o avançar da idade, passando do «estar juntos» e do «divertirem-se», referidos pelos mais novos, às dimensões emocionais da relação, como «ser feliz» ou «existência de amor e união», referidos pelos mais velhos.

5.3. Representações sobre a adopção e a relação adoptiva

A *adopção* constitui um dos possíveis projectos de vida para algumas das crianças que se encontram institucionalizadas. No que respeita a esta amostra, a situação é um pouco diferente, já que as crianças que se encontram no Lar de Jovens já não terão como projecto de vida essa solução. O seu futuro já foi definido e resume-se à institucionalização de longa duração com a possibilidade (muito) remota de regresso à família biológica, se esta conseguir reunir as condições necessárias para acolher a criança em tempo útil. As crianças do CAT estão ainda a atravessar o processo que definirá o seu projecto de vida e que poderá passar pelo regresso à família biológica, pela adopção ou pela institucionalização de longa duração. De qualquer forma, seja por já terem sido confrontados com esta situação pessoalmente ou através dos irmãos ou amigos, seja por a estarem a viver actualmente, as crianças institucionalizadas (mesmo as mais novas) têm algum conhecimento da adopção e da relação adoptiva.

Para aferir sobre as representações que estas crianças e jovens têm da adopção, foi-lhes solicitado que escolhessem, para crianças institucionalizadas sem contacto com os pais, com contacto muito esporádico e com contacto regular e frequente, o melhor projecto de vida de entre quatro soluções apresentadas e que contemplavam a adopção, a colocação em familiares, a integração numa família amiga e a institucionalização de longa duração.



Relativamente às crianças sem contacto com os pais biológicos, a maioria dos entrevistados (16/23) considerou que deveriam ser adoptadas. A ideia expressa é a de que não tendo contacto com a família biológica seria como se não tivessem pais o que confere o direito a ganhar uma nova família, uma família «a sério» ou «verdadeira», conforme referem.

“deviam vir para uma família adoptiva... para eles sentirem como é que é uma verdadeira família”

(Zuleica, 13 anos, africana)

O panorama muda de figura quando se trata de crianças com contacto com a família biológica (ainda que muito esporádico) e de crianças com um contacto regular e frequente com a família de origem. No primeiro caso, são apenas três os inquiridos que colocam as crianças numa família adoptiva, preferindo deixá-las num lar de acolhimento (7/23), numa família amiga (6/23) ou com familiares. No segundo caso a mudança de opinião é ainda mais radical pois nenhum dos entrevistados coloca estas crianças para adopção. A ideia subjacente é a de que «família só há uma» e se existe contacto com a família biológica, não faz sentido e seria desleal, integrar uma outra família (adoptiva). Deste modo, as soluções apontadas para as crianças que vêm os pais regular e frequentemente é que fiquem com familiares (9/23), com uma família amiga (5/23) ou num lar de acolhimento (9/23).

As opiniões dividem-se, no entanto, quando se trata de devolver (ou não) uma criança já adoptada aos pais biológicos que entretanto a reclamem. Através de uma história hipotética que narrava um eventual regresso da família biológica que pretendia recuperar um filho entretanto adoptado foi solicitado aos entrevistados que desempenhassem, mais uma vez, o papel de juiz decidindo se entregariam ou não a criança aos pais biológicos.

Onze entrevistados deram primazia à família biológica entregando-lhes a criança sem qualquer hesitação. Algumas das crianças chegaram a afirmar não existir lugar para dúvidas já que uma criança «pertence» aos seus pais e portanto, «por direito» deve ser-lhes devolvida.

“Deixava levar porque eles é que são os pais verdadeiros”

(Carlos, 9 anos, europeu)

“Eu deixava” (porquê?) “Então, porque a criança pertence-lhes e pronto...”

(Ana, 10 anos, europeia)

As restantes doze crianças da amostra defendem a posição contrária já que se mostram determinantemente contra a «devolução» das crianças adoptadas aos pais biológicos. Transparece, a todo o instante, nos seus discursos, um sentimento constante de angústia e contradição: por um lado consideram que os pais biológicos ao abandonar e maltratar uma criança perdem o «direito» a recuperá-la, por outro, ao demonstrarem um amor incondicional pelas suas famílias biológicas, não aceitam rever-se nas personagens da história hipotética, ainda que esta e a história das suas vidas possam ser uma e a mesma.

“Não. Não deixava. Se ela estivesse num lar e os pais quisessem tirar ela dum lar... mas assim não (...) porque eles deixaram ela quando era pequena. Agora também já não podem”

(Filipe, 12 anos, africano)

“Não. Porque não os quiseram quando eram mais pequeninos, agora também já não os podiam ter.”

(Rui, 14 anos, europeu)

Esta é outra das dimensões em a idade parece exercer influência diferenciadora, já que as crianças mais novas tendem a dar primazia e preferência à relação biológica, enquanto que as crianças com mais idade dão mais valor e importância aos laços emocionais entretanto estabelecidos entre a família adoptiva e a criança, o que faz, evidentemente, com que recusem a entrega da criança aos pais biológicos.



Considerando que uma das soluções de futuro para as crianças institucionalizadas é o acolhimento familiar que aliás, tem vindo, gradualmente a substituir o acolhimento institucional em diversos países europeus, revelou-se pertinente inquirir também as crianças em relação às suas percepções e opiniões sobre as famílias amigas através da sua comparação com as famílias adoptivas. Ou seja, procurou-se perceber qual a solução preferencial, na opinião dos entrevistados para uma criança institucionalizada (tomada de forma abstrata e anónima): se a integração numa família adoptiva, se a colocação numa família amiga. Foi explicado que esta família amiga funcionaria exactamente da mesma forma que uma família adoptiva, criando e cuidando da criança como um «filho verdadeiro», com a única variante de não se tratar de uma adopção no sentido legal do termo, isto é, de não haver lugar a nenhum papel passado pelo tribunal a atestar o estabelecimento legal e irrevogável de um vínculo semelhante ao da filiação natural.

Tendo em conta que três crianças se recusaram a responder à questão e que uma admitiu não saber responder, pode-se adiantar que a maioria (16/19) considerou a família adoptiva uma melhor solução. Estas respostas reflectem a necessidade de estabilidade e segurança na vida de uma criança. Globalmente, a família adoptiva é considerada uma melhor solução porque representa um vínculo mais estável e seguro porque permanente e não revogável.

“é melhor ser adoptada, então... porque 'tar numa família mas que não quer adoptá-la não é bom.”

(David, 14 anos, europeu)

“É diferente. A família adoptiva é melhor... porque têm de assinar o papel para saberem mesmo que é filho. Ficam mesmo filhos e pais”

(Tatiana, 8 anos, africana)

“É melhor ser mesmo pai mesmo pai, porque senão podem deixar os meninos outra vez”

(Sebastião, 8 anos, europeu)

Pretendeu-se também apurar que configurações familiares escolheriam como ideais para adoptar uma criança, levando em linha de conta a etnia dos possíveis adoptantes, idade, género, existência de filhos, adopção conjunta ou singular e orientação sexual. Desta forma e recorrendo uma vez mais ao uso de imagens, foi-lhes apresentado em primeiro lugar um grupo de crianças em situação de adoptabilidade: bebé europeu; bebé africano; rapaz asiático de 5 anos; rapaz europeu de 12; rapariga africana de 14; dois irmãos europeus de cinco e dez anos e, por fim, fratria africana de três com onze, doze e treze anos. Similarmente, foram-lhes apresentados os candidatos à adopção: casal jovem europeu, sem filhos; casal jovem africano sem filhos; casal jovem misto com um bebé; casal europeu com 2 filhos de 3 e 7 anos; homem jovem europeu; uma mulher jovem europeia; mulher de meia idade europeia; casal homossexual masculino misto; casal homossexual feminino europeu e, por último, casal europeu mais idoso com filhos já adultos. O objectivo passava por «casar» crianças em situação de adoptabilidade e candidatos à adopção.

A família adoptiva ideal para estes jovens entrevistados será preferencialmente, mas não exclusivamente, uma família com pais jovens, constituída por casais heterossexuais ou adoptantes singulares. Ainda que a família ideal, anteriormente definida, seja constituída por casal com filhos, percebe-se que a monoparentalidade é bastante bem aceite, na alternativa que constitui a adopção. A maioria destas crianças provem de famílias monoparentais ou recompostas o que ajuda à familiaridade com que consideram estas situações.

A etnia não é critério determinante para a maioria dos entrevistados já que cerca de dois terços dos entrevistados não procurou juntá-las, colocando crianças africanas com adoptantes europeus ou vice-versa, mesmo quando ainda tinham opções da mesma etnia em aberto. Para oito crianças o «ser parecido aos pais» assume contudo uma importância vital, facto aliás reforçado pela recusa em terem, um dia, filhos de etnia diferente à sua.



Já a homossexualidade nos candidatos à adopção é recusada pela maioria das crianças que referem incapacidade, estranheza e até eventual perigo para a criança.

No que respeita à idade dos adoptantes, os candidatos mais velhos foram excluídos por oito crianças por serem considerados “demasiado velhos para terem filhos”, mas principalmente por constituírem um risco acrescido para a criança que poderia eventualmente ficar de novo sozinha num curto espaço de tempo.

6. Reflexões finais

Por tudo o que atrás foi dito se pode concluir que as crianças que participaram neste estudo não elaboram representações sobre a família diferentes das crianças inseridas em ambiente familiares normais. Pode ser assumido também que as representações familiares e da adopção que as crianças institucionalizadas apresentam não se relacionam nem são influenciadas pelas suas experiências particulares de vida, já que a única variável que se apresentou como diferenciadora nalgumas dimensões de estudo foi a idade.

Devo referir ainda que a institucionalização não se apresenta para estas crianças como substituta viável da família, por muito esforço e empenho que seja colocado na tentativa de transformar lares e centros de acolhimento em casas e ambientes familiares, uma vez que o que parece ganhar maior consenso entre as crianças deste estudo é o desejo de terem uma família feliz e que fiquem “todos juntos para sempre”.

Outra das revelações que este estudo proporcionou e que poderá, à primeira vista, parecer contraditório e inexplicável, é a enorme devoção, lealdade e amor que estas crianças demonstram nutrir pela família biológica, não obstante os abusos, negligências, maus tratos, abandono e sofrimento que estas lhes possam ter infligido. A explicação reside, segundo o psicanalista Maurice Berger, num processo de idealização que a criança elabora, de forma inconsciente, em relação à sua família. Este processo será acompanhado de dois mecanismos que bloqueiam a capacidade de pensar da criança: a negação em que a criança rejeita à partida todo e qualquer argumento que possa comprometer e denegrir os pais e a “clivagem que consiste em manter coexistentes dois mundos de pensamento antinómicos (...) Os pais são idealizados por uma parte do psiquismo da criança e temidos e odiados por outra” (Berger, 1997: 15-16). Acontece que esses dois mundos não se tocam nem comunicam entre si. Ou seja, as crianças têm, evidentemente, consciência de que os pais os maltrataram mas a culpa nunca lhes é atribuída, razão pela qual os continuam a amar incondicionalmente. O aceitar que as pessoas de quem se depende e que deveriam constituir a primeira garantia de protecção foram, na realidade, quem os rejeitou e abusou, implica decerto um esforço demasiado doloroso, pelo que a criança prefere esquecer esses factos e viver num suportável mundo de «faz de conta».

É certo que ficaram por tratar, nesta pequena investigação, algumas questões que poderiam ter sido aprofundadas, melhoradas e confirmadas se o tempo o tivesse permitido. É o caso da relação entre irmãos, que foi aflorada apenas superficialmente, da exploração mais aprofundada e extensa da relação adoptiva face à relação biológica, da gestão de sentimentos que as crianças nutrem relativamente à sua família biológica ou do conhecimento que têm das razões pelas quais estão institucionalizados e que poderão influenciar e condicionar a imagem idealizada que têm da sua família de origem. Outras pistas de investigação suscitadas no decorrer deste trabalho prendem-se, por exemplo, com as relações estabelecidas entre as crianças institucionalizadas e os técnicos da instituição, as sociabilidades dentro e fora da instituição, a sua relação com a escola e a sua relação com o exterior, já que por diversas ocasiões as crianças do Lar de Jovens referiram que tentavam esconder dos colegas da escola e das pessoas exteriores à instituição a sua situação familiar e o sítio onde viviam, indiciando assim a existência de um estigma e de um sentimento de diferença em relação à sua própria condição de vida.

Tratando-se somente de um estudo exploratório, penso contudo que foi conseguido o objectivo de contribuir para o conhecimento da realidade destas crianças e de ao mesmo tempo alertar para questões importantes ainda pouco tratadas pela Sociologia mas que merecem sem dúvida toda a sua atenção.



7. Bibliografia

BERGER, Maurice (1997), *A criança e o sofrimento da separação – divórcio, adoção, colocação*, Lisboa, Climepsi Editores

BRANNEN, Julia, HEPTINSTALL, Ellen, BHOPAL, Kalwant (2000), *Connecting Children – Care and family in later childhood*, London, RoutledgeFalmer

BRODZINSKY, David M. et al. (1986), «Children's Knowledge of Adoption: Developmental Changes and Implications for Adjustment» in ASHMORE, Richard D. & BRODZINSKY, David M., *Thinking About the Family: Views of Parents and Children*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers

COLEN, Maria Gabriela et al. (2005), *Trajectórias de vida das crianças e jovens saídos dos lares da SCML*, Lisboa, SCML

CORSARO, William A. (1997), *The Sociology of Childhood*, California, Pine Forge Press

D'OREY, Inês (coord), (1996), *Família que temos...Família que queremos*, Lisboa, Direcção-Geral da Família

FERREIRA, Maria Manuela (2000), *Salvar corpos, forjar a razão: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal: 1880-1940*, Lisboa, M.E., Instituto de Inovação Educacional

KELLY, Greg & GILLIGAN, Robbie (s/d), *Issues in Foster Care – Policy Practice and Research*, Jessica Kingsley Publishers

MONTANDON, Cléopâtre (1997), *L'éducation du point de vue des enfants*, Paris, Editions L'Harmattan

Portal do Governo, *Regime Jurídico da Adopção – Exposição de motivos*, disponível em:
http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Ministerios/MJ/Comunicacao/Outros_Documentos/20030415_MJ_Doc_Adopcao.htm

QVORTRUP, Jens (1977), «A Voice for Children in Statistical and Social Accounting: A Plea dos Children's Right to be Heard», in JAMES, Allison & PROUT, Alan, *Constructing and Reconstructing Childhood*, RoutledgeFalmer

SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa (2001), “Metodologias de pesquisa empírica com crianças”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 35, pp.

UNICEF, *A convenção sobre os direitos das crianças*, disponível em:
http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianças2004.pdf

ⁱhttp://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

ⁱⁱ A este propósito ver: CORSARO, A. William, 1997, *The Sociology of Childhood*, California, Pine Forge Press;
QVORTRUP, Jens, "A Voice for Children in Statistical and Social Accounting: A Plea dos Children's Right to be Heard", in JAMES, Allison & PROUT, Alan, 1997, *Constructing and Reconstructing Childhood*, Routledge

ⁱⁱⁱ Por exemplo, pediu-se às crianças que se imaginassem na pele de um juiz que decidiria sobre o melhor projecto de vida para crianças institucionalizadas.

^{iv} No universo destas crianças, existem institucionalizações que duram há 16 anos.